

A Compreensão Pós-Colonial do Status de Desenvolvimento da África a partir da Cooperação Sino-Africana (FOCAC): Análise das dinâmicas econômicas e políticas

Postcolonial Understanding of Africa's Development Status from the Sino-African Cooperation (FOCAC): Analysis of Economic and Political Dynamics

Comprensión poscolonial del estado de desarrollo de África a partir de la Cooperación Sino-africana (FOCAC): análisis de la dinámica económica y política

Ana Luiza Messias Bruno¹
Cristielly Ferreira Silva²
Larissa Cristina Silva Ribeiro³
Maria Fernanda Fiochi⁴
Maria Vitória de Faria Silva⁵

Recebido em: 12 de dezembro 2024

Aprovado em: 13 de agosto de 2025

1. Graduanda em Relações Internacionais pela PUC Minas - Poços de Caldas. E-mail: analuiza.mess@gmail.com

2. Graduanda em Relações Internacionais pela PUC Minas - Poços de Caldas. E-mail: cristielly.ferreira@sga.pucminas.br

3. Graduanda em Relações Internacionais pela PUC Minas - Poços de Caldas. E-mail: larissa.ribeiro.1451993@sga.pucminas.br

4. Graduanda em Relações Internacionais pela PUC Minas - Poços de Caldas. E-mail: maria.fiochi@sga.pucminas.br

5. Graduanda em Relações Internacionais pela PUC Minas - Poços de Caldas. E-mail: maria.silva.1433783@sga.pucminas.br

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar como o Pós-Colonialismo compreende o status de desenvolvimento da África no contexto da cooperação sino-africana, com foco nas dinâmicas econômicas e políticas promovidas pelo Fórum de Cooperação China-África (FOCAC). Com apoio da lente teórica Pós-Colonial, o estudo examina até que ponto os discursos oficiais chineses refletem práticas semelhantes às abordagens ocidentais de desenvolvimento, levantando dúvidas sobre a autenticidade de um desenvolvimento independente e mutuamente benéfico para a África. Ao iluminar as complexidades do engajamento chinês com a África, este artigo conclui analisando que a China perpetua, em certa medida, as estruturas liberais ocidentais de desenvolvimento, por meio dos discursos e resoluções do FOCAC.

Palavras-Chave: Cooperação sino-africana; FOCAC; Pós-Colonialismo; Desenvolvimento Africano.

ABSTRACT

This article aims to analyze the Postcolonial comprehension of Africa's development status within the context of Sino-African cooperation, focusing on the economic and political dynamics promoted by the Forum of China-Africa Cooperation (FOCAC). Using the postcolonial theoretical lens, this study examines the extent to which official Chinese dis-

courses reflect practices similar to these approaches, raising questions about the authenticity of independent and mutually beneficial development for Africa. By shedding light on the complexities of China's engagement with Africa, this article concludes by analyzing that China, to some extent, perpetuates Western liberal development structures through the discourses and resolutions of FOCAC.

KeyWords: Sino-african; Cooperation; FOCAC; Postcolonialism; African Development.

RESUMEN

Este artículo busca analizar cómo el Poscolonialismo entiende el estado de desarrollo de África en el contexto de la cooperación chino-africana, centrándose en la dinámica económica y política promovida por el Foro de Cooperación China-África (FOCAC). Desde una perspectiva teórica poscolonial, el estudio examina hasta qué punto los discursos oficiales chinos reflejan prácticas similares a los enfoques occidentales de desarrollo, lo que pone en duda la autenticidad de un desarrollo independiente y mutuamente beneficioso para África. Al esclarecer las complejidades de la interacción de China con África, este artículo concluye analizando que China perpetúa, en cierta medida, los marcos de desarrollo liberales occidentales a través de los discursos y resoluciones del FOCAC.

Palabras clave: Cooperación chino-africana; FOCAC; poscolonialismo; desarrollo africano.

1 INTRODUÇÃO

A partir do início do século XXI, as relações internacionais são marcadas por um visível aumento de cooperações econômicas institucionalizadas, que visam influenciar nos processos de comunicação e comercialização entre os países. Com uma maior relevância do papel do Sul Global no sistema internacional, evidencia-se, portanto, a África enquanto um palco estratégico para as potências mundiais e emergentes, devido aos seus recursos naturais. Em 2000 é criado o Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), demarcando os interesses chineses em intensificar os fluxos comerciais e investimentos com o continente africano.

A colaboração estabelece uma parceria estratégica que abrange um amplo espectro de infraestrutura e tecnologia, até educação e

assistência médica, com o objetivo comum de facilitar o desenvolvimento econômico sustentado no continente africano. A China está aumentando sua participação no continente por intermédio de investimentos e acordos comerciais, enquanto isso, os países africanos veem essa cooperação como um caminho para sua modernização econômica para superar um impasse histórico associado ao subdesenvolvimento.

É diante dessa perspectiva de iniciativa do FOCAC, que este artigo visa investigar como é definido o desenvolvimento econômico da África a partir do auxílio chinês e qual papel a China desempenha ao reafirmar seus interesses socioeconômicos sobre o continente. A análise dessa argumentação será pautada nas considerações das lentes do Pós-Estruturalismo e do Pós-Colonialismo acerca das dinâmicas de poder estabelecidas entre uma potência econômica e países subdesenvolvidos, com foco na argumentação de Arturo Escobar, R.B.J. Walker e David Campbell. O presente estudo avalia os discursos e os acordos estabelecidos nos limites da instituição, questionando se esta nova forma de parceria econômica está perpetuando uma dependência e dominação inerentes às relações coloniais ou se oferece alternativa para o empoderamento do continente africano.

Para alcançar tal entendimento, utiliza-se da revisão de literaturas pertinentes, bem como da análise dos discursos realizados durante as cúpulas do FOCAC. Portanto, este estudo é subdividido em três seções, sendo a primeira uma descrição do debate teórico, já a segunda contextualiza o FOCAC e as relações sino-africanas ao longo das últimas décadas e, por fim, a seção final, que tem por objetivo analisar como o desenvolvimento fora estabelecido como meta no FOCAC, pretendendo relacionar esta concepção com a crítica teórica à promoção de uma hierarquia internacional pautada nos ideais neoliberais para o desempenho de um desenvolvimento econômico.

2 A TEORIA CRÍTICA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Esta seção tem por objetivo apresentar as bases teóricas da teoria crítica no campo de Relações Internacionais, a qual contrapõe os pressupostos estabelecidos previamente pelas correntes *mainstream*, em especial no que concerne ao papel dos países do Terceiro Mundo⁶

6. Diferenciando-se do conceito de Sul Global apresentado por Lowe (2011), o Terceiro Mundo, segundo Escobar (1995) é caracterizado não é uma realidade preexistente, mas sim um conjunto de práticas discursivas que identificam certas regiões como “atrasadas” e, portanto, necessitando de ajuda e intervenção.

na economia global. Dessa forma, a seção é subdividida em dois tópicos, o primeiro voltado para a caracterização das bases do Pós-Estruturalismo e Pós-Colonialismo, tendo como principais autores R.B.J. Walker (1993), David Campbell (1998), Antônio Júnior e Carolina Almeida (2013), apoiando em demais estudiosos. O segundo tópico busca apresentar as discussões sobre a conceituação de “desenvolvimento”, apresentando críticas à perspectiva ocidental e neoliberal sobre a concepção, contando com a argumentação central de Arturo Escobar (1995, 1988).

2.1 Base Teórica do Pós-Colonialismo

No campo da análise das relações internacionais, a compreensão de uma cooperação sino-africana conta frequentemente com lentes tradicionais de poder e economia, sendo uma delas a pós-estruturalista, que pode abordar de forma sutil a importância do discurso, da identidade, e do poder na formação dessas relações sino-africanas e seu futuro desenvolvimento.

O Pós-Estruturalismo, movimento filosófico de origem na década de 1960, tendo influência crítica no campo temático de relações internacionais, questiona formas tradicionais de conhecimento no estabelecimento de definições do sistema internacional, como os conceitos de soberania e segurança dados como estáticos. Ao estudar um dos grandes textos pós-estruturalistas do autor R.B.J. Walker (1993), evidencia-se que sua crítica à soberania, em particular, está no questionamento da rigidez da fronteira entre o “interno” e o “externo”, sugerindo que a separação entre o espaço doméstico e internacional é, em si, produto do discurso político dos Estados, que auxilia na legitimação e constante reprodução de práticas de poder.

Esse movimento pós-estruturalista é caracterizado por acadêmicos como uma ruptura do senso seguro do significado da linguagem e identidade, de maneira a rastrear os efeitos de um limite definido como diferença. Com a contribuição de David Campbell (1998), é possível perceber esses limites tradicionais quando se aborda mais detalhadamente como as identidades estatais estão constantemente sendo construídas e reconstruídas, através de práticas discursivas, relacionadas à segurança. Estabelecendo uma fronteira entre o “eu” e o “outro”, construído pelo próprio Estado, a fim de justificar uma série de práticas que delimitam o “outro” como uma ameaça iminente. Portanto, a abordagem pós-estruturalista possui caráter

inovador, quando reconhece a existência de mudanças no sistema internacional, não somente influenciadas pelo Estado.

Dentre a vasta gama de teorias das relações internacionais advindas das bases do Pós-Estruturalismo, o presente artigo utilizará dos diálogos acerca do Pós-Colonialismo, este, que teve sua ascensão em meados da década de 1960, como uma reação a várias tendências da modernidade. A acepção que constitui essa corrente pressupõe a revisão crítica do passado contado em termos da modernidade ocidental, bem como a identificação de um presente ainda permeado por uma série de discursos, ações e relações políticas que contribuem para a perpetuação da distribuição assimétrica do poder e riqueza no sistema internacional (Júnior; Almeida, 2013; Seth, 2013).

A teoria desenvolve um debate acerca das relações hierárquicas e assimétricas no âmbito sistêmico, porém que se exemplifica, inicialmente, nas relações de exploração acentuadas entre os séculos XV e XIX, caracterizadas pelo colonialismo. Nesse sentido, os estudiosos desenvolvem que o discurso colonizador criou o “outro” colonizado, a partir da fomentação de diferenças e, em especial, da relação de explorador e explorado, colônia e metrópole ou desenvolvido e não desenvolvido. Essa criação da diferenciação propiciou a disparidade dos Estados no sistema internacional, no qual o Ocidente cria a identidade e a forma de ser, o nível *Self*, enquanto tudo o que não se encaixa neste padrão é caracterizado como subalterno (Júnior; Almeida, 2013).

Visando evidenciar e tornar empírico estas relações assimétricas, o Sul Global - apresentado por Lowe (2011) como a “parte” do mundo que possui subdesenvolvimento, pobreza e grandes crises econômicas que corroem as sociedades -, está em contraste com o Norte Global, o qual possui maior capacidade industrial, militar e econômica, em comparação com nível inferior de crescimento tecnológico e econômico do Sul Global. Essas nações desenvolvidas são as que ditam as regras do jogo no tabuleiro internacional, dificultando que os Estados pobres consigam se desenvolver (Chang, 2004). Dessa forma, o Pós-Colonialismo oferece uma crítica às formulações de análises no campo das Relações Internacionais, bem como enfatiza a necessidade de uma nova epistemologia que inclua as perspectivas dos povos e sociedades que foram marginalizados pela narrativa eurocêntrica (Seth, 2013).

Intrínseco a perspectiva da mudança, o tema “desenvolvimento” é amplamente debatido entre acadêmicos pós-coloniais, tendo como objetivo compreender a dicotomia do termo, ou seja, as cor-

rentes teóricas ocidentais apresentam o desenvolvimento em seus próprios termos, os quais se adequam para a realidade ocidental e, portanto, não se enquadra da mesma forma em regiões além do núcleo das potências. E que, ao não compreender as diferenças existentes entre as sociedades do globo, o entendimento sobre “desenvolvimento” contemporâneo contribui para a imposição de um modelo ocidental de desenvolvimento que marginaliza saberes e modos de vida locais, impedindo a emergência de alternativas autônomas ao próprio conceito de desenvolvimento (Escobar, 1995).

2.2 Pós-Colonialismo e o Desenvolvimento do Sul

O debate acerca do desenvolvimento dos Estados em todo o globo se mostrou presente nas correntes teóricas nas Relações Internacionais após o fim da Segunda Guerra Mundial. Nesse contexto, Arturo Escobar (1988), busca criticar a maneira em que foi formulado e promovido o discurso ocidental de desenvolvimento econômico em detrimento do restante das nações do sistema internacional. O conceito e a perpetuação da lógica desenvolvimentista das potências não se mostram como uma resposta “neutra” à pobreza do Terceiro Mundo, mas sim uma construção discursiva usada para “problematizar” a pobreza e justificar intervenções externas nestes países.

Desse modo, o desenvolvimento é um paradigma idealizado pelas nações ocidentais como mecanismo para reorganizar e transformar as sociedades consideradas “subdesenvolvidas” por meio de práticas econômicas, políticas e discursivas, estas que moldam a forma como as realidades sociais são percebidas. Este processo de desenvolvimento é marcado pela instauração de hierarquias, distanciando-se de qualquer pretensão de universalidade ou neutralidade. Trata-se, em vez disso, da imposição de visões dos países detentores de poder global. O desenvolvimento é uma construção discursiva que criou uma divisão supérflua entre o “desenvolvido” e o “subdesenvolvido”, a qual levou a estagnação do Terceiro Mundo segundo os pressupostos ocidentais eurocêntricos (Escobar, 1995; Said, 1979).

Dessa forma, a partir da conceituação, percebe-se a forma em que o Terceiro Mundo fora estabelecido nos ideais ocidentais de desenvolvimento. A padronização do que é considerado desenvolvido e, portanto, o “correto”, possibilitou a disseminação e perpetuação da caracterização do “outro”, ou seja, as nações “atrasadas” ou “ca-

rentes de modernidade”. Modernidade, esta, que deveria, segundo os parâmetros ocidentais, ser alcançada por todos os Estados e que, aplicando às diferentes realidades, este modelo unilinear de progresso majoritariamente ignora a grande gama de diversidades culturais e sociais existentes no mundo contemporâneo. E, ao estabelecer os padrões do que deve ser alcançado, além do apagamento histórico e cultural, também contribui para uma maior interdependência e desigualdade global, na qual as nações do Sul tornam-se dependentes das economias do Norte (Escobar, 1995).

Nesse contexto, Richard Peet e Michael Watts (1996), realizam uma crítica voltada para as estruturas impostas pelo neoliberalismo e suas consequências no Sul Global. Segundo os autores, o neoliberalismo, movimento marcado por privatização e liberalização do mercado, tornou-se o modelo almejado para alcançar o desenvolvimento no cenário contemporâneo, promovendo uma crença inquestionável no mercado, marginalizando questões sociais, culturais e ambientais. Dessa forma, o “desenvolvimento” é compreendido pela preocupação exclusiva com o crescimento econômico em detrimento das diversas variáveis existentes em determinado Estado. Nesta conjunção, ao orientar a globalização econômica apenas pelo mercado, projeta-se um sistema marcado por grandes desigualdades entre os países, no qual o neoliberalismo contribui para a concentração de riqueza e poder nas mãos de poucos, alienando majoritariamente a população global, em especial as nações do Terceiro Mundo.

Convergindo com a argumentação de Peet e Watts (1996), Escobar (1995), contribui para uma perspectiva crítica sobre a influência do neoliberalismo na formulação do conceito de “subdesenvolvimento”. Segundo o autor, os cientistas econômicos formularam a percepção de nação subdesenvolvida baseando-se nos aspectos das sociedades capitalistas avançadas, presentes no Ocidente, o que interferiu nas teorias econômicas do pós-guerra sobre desenvolvimento. Nesse sentido, com apoio em instituições embasadas em premissas neoliberais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, o discurso econômico predominante nos fóruns internacionais eram pautados na acumulação de capital e a industrialização planejada como soluções para o desafio do desenvolvimento, o que fomentou a lógica de dependência de países periféricos.

Nesta perspectiva, com a ascensão do neoliberalismo nos anos 1980, foi possível perceber um desmantelamento das abordagens de desenvolvimento orientadas pelo Estado e uma transição para políti-

cas de reestruturação econômica guiadas por instituições neoliberais. Consequente a esse fenômeno de transição de poder do Estado para o capitalismo, a visão neoliberal ignora as falhas estruturais e sociais, além de reforçar a privatização e os direitos de propriedade intelectual, o que frequentemente marginaliza comunidades locais, especialmente no Sul Global. No contexto internacional, os pressupostos neoliberais promovem a transformação nas estruturas políticas que beneficiam, majoritariamente, empresas multinacionais, enquanto exploram recursos e limitam o domínio das comunidades locais sobre seu próprio território e seu próprio comércio (Escobar, 1995).

Apresentado as críticas realizadas por Arturo Escobar (1995, 1988), Richard Peet e Michael Watts (1996), faz-se necessário apresentar novas formulações que divergem do que fora estipulado pelas teorias tradicionais nas Relações Internacionais. Dessa forma, o conceito de “pós-desenvolvimento” é central, segundo esta lógica, o desenvolvimento estabelecido após a Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de gerenciar e controlar as sociedades do Terceiro Mundo, está em crise, necessitando, portanto, de uma nova resolução. Essa nova perspectiva seria baseada na valorização das culturas locais e na rejeição de soluções homogeneizadoras impostas pelo Ocidente ao longo das décadas, exprimindo que a ação de movimentos sociais seria imprescindível na construção de alternativas para o Terceiro Mundo. A partir da participação dos movimentos, as comunidades do Sul Global seriam possibilitadas de formularem suas próprias soluções com base em suas necessidades e valores específicos, abandonando, dessa forma, as estruturas ocidentais que as cerceavam.

Portanto, no âmbito teórico das relações internacionais, torna-se necessário o ato de “descolonizar” o conceito de desenvolvimento e suas bases históricas. Este movimento deve ser realizado a partir da valorização e legitimidade das diversas formas de viver que não se enquadram nos padrões ocidentais de modernização e desenvolvimento. De forma mais prática e empírica, essa alternativa aos pressupostos ocidentais e neoliberais de desenvolvimento pode ser encontrada na crescente movimentação entre nações do Sul Global, em especial durante o fim do século XX e todo o século XXI, para romper com os paradigmas até então impostos. Sendo um exemplo desse rompimento o crescimento da relevância econômica da China nas nações do Terceiro Mundo, em especial na cooperação com o continente africano no contexto do FOCAC (Escobar, 1995; Peet; Watts, 1996).

3 CONTEXTO HISTÓRICO

Nesta seção, exploraremos o desenvolvimento das relações sino-africanas, destacando o FOCAC como um instrumento vital para fortalecer esses laços. Primeiramente, abordaremos a fundação do FOCAC, analisando a evolução dessa parceria nas recentes cúpulas e destacando os princípios e compromissos estabelecidos. Em seguida, discutiremos as intenções determinadas entre os países, enfatizando a cooperação econômica, tecnológica e social, conforme delineada nas conferências ministeriais. Por fim, examinaremos a Cúpula do Fórum FOCAC 2024 e o futuro da colaboração, evidenciando os discursos dos líderes e as novas iniciativas para promover uma comunidade sino-africana de alto nível com um futuro compartilhado.

3.1 O Surgimento do FOCAC

A relação China-África sofreu uma perceptível mudança a partir da década de 80, quando o Partido Comunista Chinês estabeleceu uma política externa independente focada na paz e no desenvolvimento como prioridade do seu país. Em 1996, Jiang Zemin, ex-presidente chinês, formulou princípios acerca da relação entre as nações durante sua visita à seis países africanos: amizade sincera; igualdade e respeito; desenvolvimento comum e benefício mútuo; consulta e cooperação em assuntos internacionais; e olhar para o futuro para construir um mundo melhor. Essas pontuações reforçaram a urgência de uma institucionalização (Anshan *et al.*, 2012).

O FOCAC, é uma ferramenta eficaz para a consolidação das relações sino-africanas, com foco na troca e cooperação que visam benefícios econômicos mútuos. O FOCAC é, portanto, apresentado como uma iniciativa de cooperação sul-sul, buscando reduzir as assimetrias dos países periféricos no cenário global (Lopes; Nascimento; Vadell, 2013). Essa relação tem raízes na Conferência de Bandung, realizada em 1955 no período da Guerra Fria, quando os Estados recém-independentes começaram a compartilhar a ideia de que possuíam objetivos comuns contra a dominação, sendo um marco para o movimento dos países não-alinhados em relação às duas potências hegemônicas da conjuntura (Esteves *et al.*, 2010).

A primeira conferência do fórum ocorreu em Pequim, em 10 de outubro de 2000, quando a China e os países africanos firmaram uma parceria a partir do Programa de Cooperação China-África so-

bre o Desenvolvimento Econômico e Social, com foco em comércio, investimentos e provisão de recursos para assistência. Além disso, estabeleceram-se padrões para as relações entre as nações, com prioridade para o desenvolvimento da infraestrutura e cooperação. A reunião é prevista para acontecer a cada três anos, sediada na China ou nos países africanos. (Lopes; Nascimento; Vadell, 2013).

A Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) da China inclui empréstimos, perdão de dívidas, doações e assistência técnica. O Ministério do Comércio chinês gerencia os empréstimos, enquanto o EXIMBANK⁷ é responsável por sua execução. Os empréstimos chineses se destacam como uma alternativa ao “Consenso de Washington” pelo fato de não imporem condicionalidades políticas e respeitarem o princípio de não interferência nos assuntos internos. A amortização da dívida é, em muitos casos, feita através de recursos naturais, como no caso da Angola em que o país segue quitando os empréstimos recebidos com cerca de 10.000 barris de petróleo por dia (Esteves *et al.*, 2010). Além disso, a China realiza investimentos massivos em infraestrutura em troca de acesso à recursos energéticos (Lopes; Nascimento; Vadell, 2013). Também concede doações para a construção de hospitais, escolas e projetos comunitários, como poços de abastecimento de água, contribuindo para o desenvolvimento humanitário na África (Esteves *et al.*, 2010).

A cooperação técnica é outro aspecto fundamental da AOD, pois permite que o país receptor desenvolva suas próprias capacidades. A China envia especialistas que oferecem treinamentos para a população local em diversas áreas, como produção industrial e tecnologias agrícolas, além de proporcionar suporte em áreas como inspeção, pesquisa e planejamento empresarial (Esteves *et al.*, 2010). Entre 2013 e 2015, a potência asiática enviou profissionais e promoveu tratamentos gratuitos para pacientes com catarata, e na cúpula de Joanesburgo, em 2015, decidiu apoiar a saúde pública africana e proporcionar incentivos às empresas chinesas para a produção de medicamentos no continente (Zeng; Shu, 2018).

Os fluxos comerciais sino-africanos aumentaram exponencialmente nos anos seguintes a 2000, impulsionados pelo FOCAC. Entre 2006 e 2018, os investimentos chineses chegaram a aproximadamente 93 bilhões de dólares, enquanto no ano de 2018, o flu-

7. Export-Import Bank of China, instituição financeira estatal chinesa que tem como principal objetivo promover o comércio exterior e a cooperação econômica internacional.

xo de importações e exportações desse comércio bilateral ultrapassou os 200 bilhões de dólares. Em 2018 os investimentos chineses no continente alcançaram 12 bilhões de dólares, com isso a China consolidou-se como uma das principais fontes de investimentos e financiamentos para a África, superando os Estados Unidos em volume de transações. Durante a conferência ministerial da FOCAC, realizada em 2006, foi criado um fundo para a internacionalização de empresas chinesas na África, incentivando o Investimento Direto Estrangeiro (Queiroz, 2020).

A parceria tem sido essencial para a política externa da China, com suas exportações focadas principalmente em produtos manufaturados, enquanto as exportações africanas são predominantemente compostas por bens primários, como recursos minerais e fontes de energia, sendo esses setores onde os investimentos estão concentrados. A cooperação em infraestrutura é um dos maiores êxitos da cooperação China-África, com a potência responsável pela construção de diversas ferrovias, rodovias, aeroportos, portos, usinas hidrelétricas e gasodutos (Queiroz, 2020; Zeng; Shu, 2018).

3.2 As Intenções Determinadas Entre os Países

Anshan *et al* (2012) salientam alguns dos compromissos acordados pelas declarações estabelecidas a cada conferência do FOCAC, no contexto de 2000 a 2009. Concretizou-se, durante a primeira conferência ministerial em outubro de 2000, o *Beijing Declaration of FOCAC* e o *Guideline of China-Africa Cooperation in Economic and Social Development*, documentos pautados em princípios que estabeleciam compromissos entre os países. Inicialmente esses compromissos eram de: criar um ambiente favorável para a afiliação e o comércio de negócios da China-África; prestar assistência aos países africanos; dar preferência à importação de produtos africanos; estabelecer o Conselho Empresarial Conjunto China-África e o Centro de Exposições de Produtos China-África para promover o comércio bilateral e facilitar o acesso de produtos africanos para o mercado chinês; fornecer fundos especiais para apoiar empresas chinesas bem estabelecidas à investirem nos países africanos; cancelar dívidas ao *Heavily Indebted Poor Countries*⁸ (HIPC).

8. Programa criado em 1996, pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional, para reduzir dívidas dos países mais pobres, garantindo que estes não sejam sobrecarregados por encargos de dívidas insustentáveis.

A segunda conferência ministerial ocorreu em dezembro de 2003, na capital da Etiópia, onde o *FOCAC - Addis Ababa Action Plan (2004-2006)* foi assinado entre as nações. O documento explicitou o intuito chinês de: reforçar a cooperação no desenvolvimento de recursos humanos e treinar africanos; abrir o mercado e conceder livre acesso tarifário para algumas commodities dos países africanos menos desenvolvidos; expandir a cooperação turística com a África; patrocinar o “Encontro em Pequim”; e aumentar os intercâmbios interpessoais com a África e manter o Festival de Juventude China-África (Anshan *et al.*, 2012).

A terceira conferência resultou no *Declaration of the Beijing Summit of FOCAC* e no *FOCAC - Beijing Action Plan (2007-2009)*, cujo os planos acordados foram: duplicar a assistência à África de 2006 até 2009; fornecer US\$ 3 bilhões em empréstimos e US\$ 5 bilhões em empréstimos preferenciais aos compradores de crédito; financiamento de US\$ 5 bilhões para incentivar as empresas chinesas a investirem na África; aumentar o número de itens de exportação de 190 para mais de 440 e oferecer tarifa zero aos países menos desenvolvidos; estabelecer de 3 a 5 zonas de cooperação comercial e econômica; formar cerca de 15 mil profissionais africanos e estabelecer 10 centros agrícolas especiais no continente (Anshan *et al.*, 2012).

Por fim, os autores salientam a quarta conferência ministerial ocorrida em 2009, no Egito, onde foi emitido o *Declaration of Sharm el-Sheikh of FOCAC* e o *FOCAC - Sharm el-Sheikh Action Plan (2010-2012)*. Nessas declarações, as expectativas eram estabelecer uma parceria China-África para responder às alterações climáticas e construir 100 projetos de energia limpa, aumentar a cooperação em ciência e tecnologia, fornecer empréstimos concessionais aos países africanos e ceder um empréstimo de US\$1 bilhão de dólares às pequenas e médias empresas africanas, cancelar dívidas relacionadas a empréstimos governamentais, dar tratamento de tarifa zero a 95% dos produtos africanos e aumentar os centros de tecnologia agrícola construídos pela China na África (Anshan *et al.*, 2012).

A partir de 2012, as reuniões do FOCAC evidenciam a consolidação e o aprofundamento da parceria China-África, com a ampliação dos compromissos financeiros e o fortalecimento de infraestrutura. Em 2012, foi realizada a quinta Conferência Ministerial do FOCAC, em Pequim. Na ocasião, foram publicados dois

documentos centrais: a Declaração de Pequim da Quinta Conferência Ministerial do FOCAC, que reafirma a importância estratégica da parceria para a paz, estabilidade e desenvolvimento global, e o Plano de Ação de Pequim (2013-2015), com foco no aumento dos intercâmbios interpessoais e na integração africana. Além disso, as partes acordaram promover o desenvolvimento autônomo e fortalecer a cooperação para enfrentar desafios de segurança, como a pobreza (FOCAC, 2012).

Em dezembro de 2015, ocorreu a Cúpula de Joanesburgo. Nessa oportunidade, o presidente chinês Xi Jinping destacou cinco pilares fundamentais para as relações sino-africanas, incluindo a confiança política mútua e a cooperação econômica de ganhos recíprocos. Também foram anunciados dez planos de cooperação, abrangendo áreas como industrialização, modernização agrícola, infraestrutura, facilitação do comércio e investimentos, redução da pobreza e saúde pública. O presidente da África do Sul, Jacob Zuma, co-presidiu a cúpula e, em seu discurso, ressaltou a “sinceridade, confiança mútua, igualdade, cooperação ganha-ganha e benefício mútuo” como princípios fundamentais do FOCAC (FOCAC, 2015a). Durante o encontro, a China anunciou um pacote de apoio financeiro no valor de 60 bilhões de dólares, incluindo ajuda gratuita, empréstimos e créditos para exportação (FOCAC, 2015b).

Em 2018, foi realizada a Cúpula de Pequim do FOCAC. Na reunião, foram adotados a Declaração de Pequim – Rumo a uma Comunidade China-África Mais Forte com um Futuro Compartilhado e o Plano de Ação de Pequim (2019-2021). A cúpula reiterou o apelo à cooperação e ao desenvolvimento conjunto, sendo amplamente elogiada por líderes africanos, que destacaram a importância da iniciativa para o fortalecimento da solidariedade e da cooperação África-China (FOCAC, 2018). Já em novembro de 2021, foi realizada a 8ª Conferência Ministerial do FOCAC, sediada em Dakar, no Senegal, com o tema “Aprofundando a Parceria Sino-Africana e Promovendo o Desenvolvimento Sustentável para Construir uma Comunidade China-África com um Futuro Compartilhado na Nova Era”. Durante o evento, foi firmado o compromisso de implementação de nove programas, incluindo iniciativas nas áreas médica e de saúde, redução da pobreza, desenvolvimento agrícola e inovação digital (FOCAC, 2021).

Os termos concluídos dentro da formulação da FOCAC, desde o seu início, evidenciam a responsabilidade adotada pela China,

como o país que exerce a maior participação do projeto, pautada na formulação de propostas e políticas acerca da cooperação. As medidas afirmadas revelam um posicionamento chinês em prol do investimento em demais áreas do continente africano como na economia, na saúde, no sistema educacional e no fortalecimento da sustentabilidade.

3.3 Cúpula do Fórum FOCAC 2024 e o Futuro da Colaboração

Em setembro de 2024, foi realizada uma cúpula do FOCAC, pautada no “Unindo as mãos para promover a modernização e construir uma comunidade China-África de alto nível com um futuro compartilhado”, para delimitar os interesses e propostas futuras. A cúpula se estendeu à quatro reuniões acerca de governança estatal, industrialização e modernização agrícola, abrangendo 53 países africanos. A cúpula se pautou nas intenções chinesas de “Iniciativa para Apoiar a Industrialização Africana”, do “Plano da China para Promover a Modernização Agrícola Africana” e do “Plano de Cooperação para o Desenvolvimento de Talentos China-África”.

Em seu discurso de abertura à cúpula, o presidente chinês Xi Jinping deu as boas-vindas aos membros presentes e salientou os feitos da cooperação sino-africana:

A comunidade China-África tem um futuro compartilhado próspero com a força da cooperação ganha-ganha. Vinte e quatro anos atrás, o FOCAC nasceu no alvorecer de um novo século. Através dessa plataforma de cooperação fundamental, construímos juntos estradas, ferrovias, escolas, hospitais, parques industriais e zonas econômicas especiais. Esses projetos mudaram a vida e o destino de muitas pessoas (Tradução nossa, FOCAC, 2024).

Anteriormente à cúpula, o ministro das Relações Exteriores da China, Chen Xiaodong, expressou quais seriam as expectativas do país para o futuro do relacionamento sino-africano e reforçou que o fórum tem, com sucesso, promovido os cinco princípios da coexistência pacífica: respeito mútuo pela integridade territorial e soberania; não agressão; não interferência nos assuntos internos alheios; igualdade e benefício mútuo e coexistência pacífica. Xiaodong previa que a cúpula apresentaria iniciativas para aprofundar a compreensão e afinidade entre os povos chineses e africanos, sendo assim, a China estaria interessada num benefício mútuo e desenvolvimento comum entre os países (FOCAC, 2024).

A 9ª Conferência do FOCAC se encerrou determinando um plano de ações previstas para implementação entre 2025 e 2027, formalizado em dez pontos específicos para serem estimulados em prol do desenvolvimento africano. Sendo estes o preâmbulo; as medidas chinesas para apoiar a África; a cooperação política para a paz e segurança regional; a cooperação do Cinturão da Rota e a agenda 2063 da União Africana; modernização agrícola na África; a busca pela industrialização, por melhorias energéticas e por maximizar o comércio do continente africano; por fim, o último ponto diz respeito a cooperação social e interpessoal e a agenda 2030⁹ para o desenvolvimento sustentável das nações unidas.

Já para o âmbito agrícola, a prioridade chinesa está pautada na garantia de segurança alimentar e numa modernização agrícola sustentável dentro do continente africano. Esses fatores caracterizam as intenções da China em promover meios para reparar as dificuldades que a África enfrenta ao tentar se desenvolver no sistema internacional, assim, o governo chinês contribuirá com 50 milhões de dólares americanos para estabelecer o Fundo de Parceria China-Banco Mundial (FOCAC, 2024).

Espera-se, conforme estabelecido pelo plano de ação, que o país asiático introduza instalações de transporte e parques industriais operados por empresas chinesas na África, e que construa um sistema de transporte para água, terra, ferrovia e mar da China central e ocidental para o continente Africano. Há uma expectativa, também, para a implementação de instalações de saúde e de investimento em projetos de produção farmacêutica indígena africana. Dessa forma, os próximos anos serão pautados na tomada de medidas que compreendam as propostas formuladas, em sua maioria, para o fortalecimento de demais setores africanos, cujos resultados serão benéficos a ambas as nações (FOCAC, 2024).

4 ANÁLISE

Postas as bases teóricas do Pós-Estruturalismo e Pós-Colonialismo, voltadas para a discussão sobre a conceituação e caracterização de “desenvolvimento”, e as negociações afirmadas pelo FOCAC

9. Plano e ação global que reúne 17 objetivos de desenvolvimento sustentável e 169 metas, criados para erradicar a pobreza e promover vida digna a todos, dentro das condições que nosso planeta oferece e sem comprometer a qualidade de vida das próximas gerações.

ao logo do contexto histórico, a presente seção busca analisar qual é o papel desempenhado pela China no auxílio ao desenvolvimento do continente africano e quais as consequências que a cooperação China-África na hierarquia do sistema internacional. Dessa forma, a análise busca evidenciar como o desenvolvimento da África é afirmado, através de críticas realizadas pelos autores teóricos no que concerne às implicações de tal concepção.

Bruno Sena Martins (2015) salienta em seu artigo acerca da emancipação no Sul Global, que “a interdependência econômica, ao contrário do que as teorias desenvolvimentistas alegam, cria uma condição para as lógicas de acumulação do neoliberalismo” (Pág 2). Embora o colonialismo histórico tenha terminado, no âmbito da ocupação territorial, suas consequências evidenciam que este continuou sob diferentes disfarces, como a dependência econômica pós-independência. Muitos países colonizados, limitados pelo subdesenvolvimento, estão subordinados à órbita de antigas metrópoles ou de novas potências globais, isso acontece pela reprodução das dinâmicas de exploração e dominação, que interferem em sua autonomia e desenvolvimento. Santos *et al* (2024) denominam esse processo como comércio desigual, onde as ex-colônias exportam matérias-primas e importam produtos industrializados, fundamentando, assim, uma desigualdade comercial. Salienta-se, portanto, a relação comercial sino-africana enquanto uma representação de uma nação com alto potencial econômico desempenhando controle sobre os recursos naturais de nações em desenvolvimento.

A cooperação sino-africana tem adquirido crescente relevância nas análises teóricas das relações internacionais, especialmente no que concerne ao desenvolvimento econômico. No contexto da perspectiva pós-colonial, faz-se imprescindível analisar, por meio dos pressupostos estabelecidos por Escobar (1995) o discurso acerca do “desenvolvimento” presente nas falas de atores no fórum. Nesse cenário, ao analisar os documentos estruturantes que fomentaram a base para a cooperação sino-africana, percebe-se que os projetos se encontram voltados para o crescimento econômico e para a melhoria das condições de vida e trabalho no contexto africano (Anshan *et al*, 2012).

No contexto econômico, o discurso de desenvolvimento foi construído ao longo dos fóruns, mas se baseava, majoritariamente, no que já era entendido pelo Ocidente como forma de se desenvol-

ver. A fim de exemplificação, a cúpula de 2000, a meta era impulsionar o crescimento africano por meio do estabelecimento de instituições reguladoras do comércio, que visava, de forma implícita, a liberalização e abertura do mercado, bem como o financiamento de pequenas empresas africanas e grandes empresas chinesas para se alocarem em território africano. De forma convergente, a reunião de 2003 tornou explícita a perspectiva liberal de certas metas do FOCAC, tais como abertura do mercado e concessão de livre acesso tarifário, além de instaurar a tarifa zero em importação de produtos africanos (Escobar, 1995; Anshan *et al*, 2012).

Ao estudar os objetivos estabelecidos ao longo das cúpulas do FOCAC no início do século XXI, é perceptível a aproximação com os pressupostos neoliberais impostos pelo Ocidente ao longo dos últimos séculos. Os quais evoluíram, de forma semelhante, da perspectiva de financiamento, abertura do mercado e a consolidação de um desenvolvimento ideal, pautado na modernização das tecnologias. Ademais, o discurso do presidente chinês Xi Jinping na abertura da cúpula de 2024 reforça estas estruturas liberais ocidentais, buscando perpetuar a perspectiva de modernização econômica, como apresentado anteriormente, metas que também podem ser encontradas nas cartilhas neoliberais apresentadas pelas potências ocidentais (Anshan *et al*, 2012; Gilpin, 2002; XINHUA, 2024).

O discurso de Xi Jinping apresentou no FOCAC 2024, pela primeira vez, o projeto de tratamento de taxas alfandegárias zero sobre 100% dos produtos da nação asiática. Essa postura fiscal é apresentada como um grande passo ao desenvolvimento africano por parte do governo chinês, mesmo que os produtos africanos já estejam sob medidas similares desde 2003, o que leva ao questionamento da veracidade acerca da cooperação multilateral, se esta realmente resulta em avanço nas nações africanas ou se é a continuação histórica das estruturas impostas ao continente ao longo dos séculos (Anshan *et al*, 2012). Outrossim, o chefe de Estado apresentou a ideia de abertura voluntária e unilateral do mercado do país:

Isso faz da China o primeiro entre os grandes países em desenvolvimento e a primeira das maiores economias do mundo a tomar tal medida, e ajudará a tornar o grande mercado da China em grandes oportunidades para a África (Tradução nossa, FOCAC, 2024).

Este discurso, embora marcado por uma retórica de cooperação entre países em desenvolvimento, utiliza elementos que se aproximam de concepções tradicionais de desenvolvimento, centradas na abertura econômica e na expansão de mercados. Ambos os pressupostos se fazem presentes em grande parte dos escopos desenvolvidos pelo FOCAC na cooperação entre África e China, ainda que o discurso oficial destaque o respeito às particularidades nacionais e a valorização de meios de desenvolvimento próprios. Isto coloca em segundo plano questões sociais que impactam diretamente a vivência da sociedade, visto que apesar dos vários bilhões de dólares esperados para melhorias na infraestrutura dos países africanos, percebe-se que, em poucas ocasiões, estas propostas foram realmente implementadas (Anshan *et al*, 2012).

No contexto de países do Terceiro Mundo, as movimentações sociais e a possibilidade de implementar projetos de forma independente por parte destes atores seria essencial para estas nações perceberem e agirem de acordo com o que suas sociedades necessitam, sem estarem submissas às estruturas imperialistas (Anshan *et al*, 2012; Escobar, 1995).

Nesse sentido, mesmo se apresentando como uma alternativa às metas e às condicionalidades impostas pelo Consenso de Washington - visto que uma das bases políticas do FOCAC é a não intervenção nos assuntos domésticos- é perceptível que os discursos encontrados em ambas as instituições se assemelham em certa medida. Embora os objetivos apresentados pela cartilha liberal da década de 1980 tenham influenciado diversas agendas de cooperação, no caso FOCAC observa-se uma abordagem distinta, com práticas específicas que contrastam com a alógica tradicional da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (Esteves *et al*, 2010). Segundo a crítica de Escobar (1995), o Fórum de Cooperação China-África não seria uma revolução por parte do Terceiro Mundo, perante a ordem imposta pelas grandes potências, mas sim uma reformulação, agregando, por exemplo, a cooperação no âmbito social (Oliveira, 2015). A China não busca instaurar uma nova ordem, segundo Vadell (2018), dado que se beneficiou dessa ordem para alcançar seu atual status econômico no sistema e por não possuir interesse em reivindicar a posição de hegemonia no contexto internacional.

Em conformidade com a crítica ao Consenso de Washington, Javier Vadell (2007) estabelece o conceito de Consenso de Pequim, o qual emerge como uma abordagem distintiva frente a cartilha

instaurada pelas nações ocidentais, especialmente na relação sino-africana. Enquanto o Consenso de Washington é marcado por políticas neoliberais rigorosas, como liberalização econômica, privatização e austeridade fiscal, o Consenso de Pequim oferece uma alternativa centrada na intervenção estatal e cooperação bilateral. No entanto, a China também adota algumas práticas liberais, especialmente no que diz respeito à abertura gradual de mercados e promoção do comércio exterior. Essas ações são visíveis na forma como a China investe em infraestrutura, tecnologia e educação nos países africanos, muitas vezes sem as condições restritivas associadas aos empréstimos ocidentais. O autor argumenta que essa abordagem mista permite à China promover um desenvolvimento sustentável e respeitoso da soberania dos países africanos, contrastando com a imposição de políticas de ajuste estrutural do Consenso de Washington. Assim, enquanto o Consenso de Pequim destaca o papel do Estado, ele também incorpora elementos liberais estratégicos que visam integrar de forma mais harmoniosa os países africanos na economia global, corroborando a perspectiva de que a China não objetifica uma revolução contra o sistema liberal, mas sim uma reformulação, a qual implementa-se questões sociais.

Outrossim, o FOCAC, quando analisado pelas lentes críticas Pós-Colonialista e Pós-Estruturalista, revela nuances que transcendem a superfície dos discursos sobre “desenvolvimento”, expondo relações de poder, dependência e uma possível recriação de hierarquias mundiais, ainda que sob um verniz de cooperação igualitária (Oliveira, 2017; Vadell; Lopes; Nascimento, 2013). Esse fator ocorre, pois, a China, embora não seja uma potência colonial tradicional, exerce um modelo de cooperação econômica - focado em investimentos massivos em infraestrutura e recursos naturais -, que é, frequentemente, visto como uma reprodução de novas formas de dependência. As assimetrias de poder e os grandes empréstimos concedidos pela China aos países africanos acabam reforçando uma hierarquia onde esses países ficam economicamente e politicamente subordinados aos interesses chineses, assim, o país prolonga a dinâmica tradicional de hierarquia de poder no ambiente internacional, limitando o poder de autodeterminação da África, o que perpetua laços de dependência econômica e tecnológica (Carmody, 2011).

Segundo a perspectiva pós-estrutural - que observa, detalhadamente, o “interior” dos Estados e como são formadas suas iden-

tidades, sustentando seus interesses e crenças, e assim, expressando poder de maneira não somente coercitiva -, a China se projeta como parceira do Sul Global, afirmando sua posição de liderança que tem como objetivo ser uma variável no sistema internacional, dominado pelas políticas impostas pelo ocidente. Essa relação se assemelha a uma estratégia de resistência às imposições imperialistas norte-americanas, no qual, de maneira contrária às políticas ocidentais que impõem medidas austeras e perpetuam a dependência econômica, a abordagem chinesa enfatiza a cooperação mútua (Vadell, 2007). Segundo Escobar (1995), essas imposições imperialistas reforçam desigualdades e conservam um ciclo de subdesenvolvimento no Sul Global.

Dessa maneira, vendendo uma narrativa de neutralidade, a China apresenta um caminho divergente do passado imperial, que marginalizou a voz e a autonomia africana, obscurecendo, de maneira sutil, a produção de uma nova configuração de poder que condiciona uma hierarquia internacional. Portanto, reescreve as regras do jogo global e produz uma nova forma de hegemonia, agora sob um modelo de desenvolvimento capitalista chinês, que não rompe verdadeiramente com as estruturas de dominação que marcaram o colonialismo europeu (Oliveira, 2017; Vadell, 2018).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos argumentos apresentados, pode-se concluir que a compreensão Pós-Colonial e Pós-Estruturalista do status de desenvolvimento da África a partir da cooperação sino-africana revela uma tentativa dos Estados africanos de subverter sua posição periférica. O FOCAC, como instrumento de fortalecimento das relações, tem desempenhado um papel crucial nesse processo, promovendo parcerias econômicas e políticas que visam o desenvolvimento mútuo.

O discurso de Xi Jinping no FOCAC 2024, destaca a intenção da China de abrir seu mercado de forma voluntária e unilateral, essa postura é apresentada como um grande passo ao desenvolvimento africano, mas levanta questionamentos sobre a veracidade da cooperação multilateral e se esta realmente resulta em avanços nas nações africanas ou perpetua estruturas históricas de dependência. A comparação entre o Consenso de Washington e o Consenso de Pequim é essencial para entender as diferentes abordagens de

desenvolvimento adotadas na cooperação sino-africana. Enquanto o Consenso de Washington enfatiza a liberalização econômica e a desregulamentação, o Consenso de Pequim destaca um papel mais ativo do Estado na economia, com foco em políticas industriais e investimentos em infraestrutura. Ambos os consensos compartilham a busca pela integração dos países na economia global, embora sob diferentes premissas. Como apontado por Escobar (1995), essas dinâmicas de desenvolvimento não rompem completamente com as estruturas de dominação existentes, mas as reformulam para se adequar aos interesses hegemônicos contemporâneos.

Para o futuro da relação sino-africana, o FOCAC 2024 aponta para um fortalecimento contínuo dessa cooperação. Xi Jinping salientou os feitos da cooperação sino-africana, enfatizando o financiamento de infraestrutura e projetos de modernização agrícola no continente africano. O ministro das Relações Exteriores da China, Chen Xiaodong, reforçou os cinco princípios da coexistência pacífica como base para o fortalecimento das relações futuras, prevendo iniciativas para aprofundar a compreensão e afinidade entre os povos chineses e africanos.

Por fim, o presente artigo não aborda de forma expressiva as consequências socioeconômicas da presença chinesa na África, como a transformação das economias locais e os impactos sobre a inclusão social de povos nativos. Questões históricas e o papel de outros atores transnacionais também não foram discutidos em profundidade. Esses aspectos são essenciais para futuras pesquisas e aprofundamentos sobre o tema, buscando uma compreensão mais holística e crítica das relações sino-africanas.

BIBLIOGRAFIA

ANSHAN, L. HAIFANG, L. HUAQIONG, P. AIPING, Z. WEPING, H. **FOCAC Twelve Years Later: Achievements, Challenges and the Way Forward**. Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet, 2012.

BRICS POLICY CENTER. **Fórum de Cooperação China-África (FOCAC)**. Disponível em: <<https://bricspolicycenter.org/forum-de-cooperacao-china-afrika-focac/>>.

CAMPBELL, David. **Writing Security: United States Foreign Policy and the Politics of Identity**. 1998.

CARMODY, Pádraig. **The New Scramble for Africa**. Cambridge: Polity Press, 2011.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: Unesp, 2004.

XINHUA. **CHINA concederá tratamento de tarifa zero para países menos desenvolvidos, diz Xi.** 2024. Disponível em: <<https://portuguese.xinhuanet.com/20240905/49d87d30b3434ed586e224d8ea9c5292/c.html>>. Acesso em: 04 nov. 2024.

ESCOBAR, Arturo. Power and Visibility: Development and the Invention and Management of the Third World; **Cultural Anthropology**, Vol. 3, No. 4, Nov, 1988.

ESCOBAR, Arturo. **Encountering Development: The Making and Unmaking of the Third World.** Nova Jersey: Princeton University Press, 1995.

ESTEVES, Paulo Luiz M. L. *et al.* **A cooperação Sino-Africana: tendências e impactos para a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento.** Rio de Janeiro: BRICS Policy Center, v. 1, n. 01, p. 1-18. Dez, 2010.

FOCAC. Forum on China-Africa Cooperation. **New era for ties with Africa.** 24 jul. 2012. Disponível em: http://www.focac.org/eng/ljhy_1/dwjbzjjhys/hyqk/201207/t20120724_8103624.htm. Acesso em: 22 jun. 2025.

FOCAC a. Forum on China-Africa Cooperation. **Chinese, African leaders upgrade relations as historic summit closes.** 06 dez. 2015. Disponível em: http://www.focac.org.cn/eng/ljhy_1/dwjbzjjhys_1/hyqk/201512/t20151206_8103664.htm. Acesso em: 23 jun. 2025.

FOCAC b. Forum on China-Africa Cooperation. **Xi announces 10 major China-Africa cooperation plans for coming 3 years.** 08 dez. 2015. Disponível em: http://www.focac.org.cn/eng/ljhy_1/dwjbzjjhys_1/hyqk/201512/t20151207_8103669.htm. Acesso em: 23 jun. 2025.

FOCAC. Forum on China-Africa Cooperation. **Beijing declaration, action plan adopted at FOCAC summit.** 05 set. 2018. Disponível em: https://focacsummit.mfa.gov.cn/eng/hyqk_1/201809/t20180905_5858430.htm. Acesso em: 23 jun. 2025.

FOCAC. Forum on China-Africa Cooperation. **Forum on China-Africa Cooperation Dakar Action Plan (2022-2024).** 22 dez. 2021. Disponível em: http://www.focac.org/focacdakar/eng/hyqk_1/202112/t20211222_10474206.htm. Acesso em: 23 jun. 2025.

FORUM, on China-Africa Cooperation Beijing Action Plan (2025-2027). **The 2024 Summit of The Forum on China-Africa Cooperation**, 06 set 2024. Disponível em: https://2024focacsummit.mfa.gov.cn/eng/hyqk_1/202409/t20240906_11486213.htm. Acesso em: 9 out. 2024.

GILPIN, Robert. **A Economia Política das Relações Internacionais.** Brasília, Editora UnB, 2002.

JÚNIOR, Antônio M. E.; Almeida, Carolina S. Epistemologias do Sul: Pós-colonialismos e os estudos das Relações Internacionais. **Cadernos do Tempo Presente**, n. 14, out./dez. 2013.

LOWE, Norman. **História do mundo contemporâneo.** 4.ed. Porto Alegre: Penso, 2011.

MARTINS, Bruno Sena. **Emancipação, Sul e Pós-colonialismo.** TEXTOS&DE-

BATES. Boa Vista, v. 2, n.27, p. 291-303, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://revista.ufrb.br/textosedebates/article/view/3209/Emancipa%C3%83%C2%A7%C3%83%C2%A3o%2C%20Sul%20e%20P%C3%83%C2%B3s-Colonialismo>. Acesso em: 07 nov. 2024.

OLIVEIRA, Diogo R. B. **China vs Potências Ocidentais em África: A Questão do Neocolonialismo em Angola e Moçambique**. Portugal: ProQuest Dissertations & Theses, 2015.

OLIVEIRA, Pedro. H. S. **O pós-colonialismo nas relações internacionais: Uma proposta para repensar teoria, estrutura e racionalidade no Sistema Internacional**. Revista Liberato. Novo Hamburgo, v. 18, n. 30, Dez, 2017.

QUEIROZ, Daniel H. **Relações econômicas China-África no século XXI: uma análise dos fluxos comerciais e de investimentos sob a ótica da inserção geopolítica**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.

SANTOS, A. N. S., LUTZER, A. V. B., MULLER, A. A., KEHLER, G. S. **Epistemologia do Sul, pós-colonialismo e descolonialidade: explorando afinidades e divergências sob o olhar de Boaventura de Sousa Santos**. Revista Caderno Pedagógico. Curitiba, v.21, n.10, p.01-30, 2024. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/9586/5573>. Acesso em: 07 nov. 2024.

SAID, Edward. **Orientalism**. New York: Vintage Books, 1979.

SETH, Sanjay. **Postcolonial theory and international relations: a critical introduction**. London: Routledge, 2013.

VADELL. Javier. As Implicações Políticas da Relação China-América do Sul no século XXI. **Revista de sociologia e política**, 2007.

VADELL. Javier. **A Expansão Econômica e Geopolítica da China no século XXI**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2018.

VADELL, J. A., LOPES, B. F., NASCIMENTO, D. C. FOCAC: estratégia econômica e política de cooperação Sul-Sul Sino-Africana. **Carta Internacional**, 8(2), 81–99, 2013.

WALKER, R. B. J. **Inside/Outside: International relations as political theory**. Cambridge, 2013.

WHAT to expect at upcoming China-Africa cooperation summit. **The 2024 Summit of the Forum on China-Africa Cooperation**, 05 set. 2024.

XI, Jinping President of the People's Republic of China at the Welcoming Banquet of the 2024 Beijing Summit of the Forum on China-Africa Cooperation. **The 2024 Summit of the Forum on China-Africa Cooperation**, 05 set 2024. Disponível em: https://2024focacsummit.mfa.gov.cn/eng/hyqk_1/202409/t20240905_11485422.htm. Acesso em: 8 out. 2024.

ZENG, Aiping; SHU, Zhan. **Origin, achievements, and prospects of the Forum on China-Africa Cooperation**. China International Studies, p. 88-108, set./out. 2018.